



# Assembléia Legislativa

## FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RÚBRICA <i>[assinatura]</i>	FLS Nº 03
ANEXOS	NÚMERO AL- 4280/13

DIRETORIA LEGISLATIVA  
JUNTADA  
Publicação de matéria  
de 01 Carta laudas.  
Em 12 / 08 / 13

*[assinatura]*  
Funcionário  
*[assinatura]*  
José Hagamenon Alves Barbosa Júnior  
Chefe do Setor de Publicação

DIVISÃO DE APOIO LEGISLATIVO  
Encaminhe-se a Com. de  
Const. e Justiça

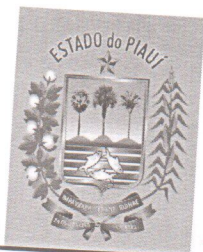
Em 12 / 08 / 13  
*[assinatura]*  
Conceição de Maria Pádua Sampaio  
Chefe da Div. de Apoio Legislativo

Assembliéia Legi va  
Encaminhe-se a Autógrafo  
Em 19 / 09 / 2013  
*[assinatura]*  
Conceição de Maria Pádua Sampaio

PROVIDENCIADO  
Em 23 / 09 / 13  
PIP *[assinatura]*  
Chefe do Setor de Autógrafos

AL. DIRETORIA LEGISLATIVA  
Nos termos regimentais  
Encaminha-se a

**Diretor Legislativo**



## Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 12 / 08 / 13

Elisângela  
Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

Marcos Antônio  
para relatar.

Em 13 / 08 / 13

Luiz Carlos  
Presidente Comissão de Constituição  
e Justiça

Parecer nº \_\_\_\_/2013 **DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**, sobre o  
Projeto de Lei nº 85 de 07 de agosto de 2013.

**EMENTA:** DENOMINA DR. RAIMUNDO BARROSO A UNIDADE DE SAÚDE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA LOCALIZADA NA CIDADE DE OEIRAS – PI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. OBSERVADOS OS ASPECTOS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS. PARECER FAVORÁVEL.

**Ref. Legislativas**

CE - art. 61, IV

Regimento Interno – Art. 34, I, a.

**I. RELATÓRIO**

Chega à Comissão de Constituição e Justiça, para o necessário exame de admissibilidade, o Projeto de Lei nº 85/2013 de autoria do deputado Mauro Tapety, cuja finalidade é dar denominação de Dr. Raimundo Barroso a Unidade de Pronto Atendimento – UPA, localizada na cidade de Oeiras/PI.

É o relatório

**II. PARECER DO RELATORA**

Quanto à competência para a iniciativa do presente projeto de lei, verificamos que não há óbice à tramitação da matéria, uma vez que o tema não se encontra relacionado entre aqueles previstos no art. 75, § 2º da Constituição do Estado, que estabelece as hipóteses de iniciativa privativa do Governador.

De acordo com o art. 34, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição e Justiça examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade,

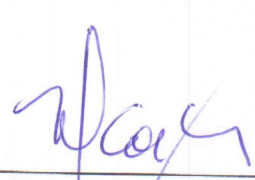
técnica legislativa e redação.


Em relação aos requisitos formais do projeto de lei em análise, o mesmo está de acordo com a Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.


### III - CONCLUSÃO

À vista do exposto, manifestamo-nos favoravelmente pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 85/2013, haja a sua concordância com os preceitos constitucionais. Opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, aos 17 de Setembro de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
**Margarete Coelho**  
Deputada Estadual  
Relatora





APROVADO A UNANIMIDADE
em, <u>17</u> / <u>09</u> / <u>13</u>
Presidente da Comissão de <u>Justiça</u>